

Da Maria da Fonte àsqueias Mulheres do Minho...

Ana Pires

A Maria da Fonte é, talvez, a par das conhecidas Padeira de Aljubarrota ou de Deuladeu Martins, de Monção, uma das heroínas populares, cujo nome é mais conhecido. Ainda hoje se discute quem possa ter sido essa Maria da Fonte, símbolo maior da heroína que se rebela contra uma autoridade, e que, sem medo, “a cavalo e sem cair, com as pistolas à cinta”, leva todo um povo a combater o que é entendido como uma tirania.

Desde os idos de oitocentos que a revolta da Maria da Fonte (1846) se constituiu como o símbolo de um movimento espontâneo, popular, protagonizado por mulheres. E, o facto de se tratar da consagração de uma mulher, deu asas à imaginação e houve mesmo quem lhe dedicasse um hino — que, ainda hoje, constitui a música que o protocolo de estado recomenda na saudação a um ministro do Governo da República — cuja letra não podia ser mais clara:

Viva a Maria da Fonte
Com as pistolas na mão
Para matar os cabraais
Que são falsos à nação

É avante Portugueses
É avante não temer
Pela santa Liberdade
Triunfar ou perecer

Viva a Maria da Fonte
A cavalo e sem cair
Com as pistolas à cinta
A tocar a reunir

Há cerca de trinta anos, pelos finais dos anos setenta, José Afonso, recuperou o tema da revolta da Maria da Fonte, e cantou na sua voz rouca e inconfundível:

As sete mulheres do Minho
mulheres de grande valor
Armadas de fuso e roca
correram com o regedor

Essa mulher lá do Minho
que da foice fez espada
há-de ter na lusa história
uma página doirada

Lembro aqui essa minhota destemida porque se trata agora de honrar o nome de outras heroínas do norte, como a Maria da Fonte. De facto, este é um texto sobre algumas das minhas heroínas, aquelas que mais estimo e admiro.

Este é o texto que ando a escrever desde que as conheci ou que soube do seu trabalho. Este é o texto do meu (do nosso) contentamento.



Mas, o que é ser hoje ser um herói (ou uma heroína)?

O que é ser abnegado (ou abnegada)?

O que é que desencadeia a necessidade de olhar os destinos da sua comunidade como se fora o seu próprio destino? Donde vem a coragem para perseguir o sonho de uma vida melhor para os outros?

Donde vem essa pulsão da entrega, da generosidade de entender que a sua própria felicidade só pode significar a felicidade de quem está à sua volta? Como explicar a perseverança de levar para a frente, ao longo de anos e anos, projectos tão duros e tão difíceis?

Sobretudo como explicar, em ambientes depressivos ou descrentes, o surgimento da Esperança, a Esperança de que tudo pode mudar, a Esperança de uma vida melhor?

Pode haver quem estranhe esta abordagem para escrever sobre pessoas como Adelaide Soares (Covide — Terras do Bouro), Conceição Pinheiro (Vila Verde), Júlia Caldas (S. Martinho da Gândara — Ponte de Lima) e Maria do Carmo Reis (Aboim da Nóbrega — Vila Verde), pessoas que não se consegue imaginar de pistolas na mão, ou à cinta, a matar quaisquer Cabrais ou mesmo a correr com o regedor...

Todavia, se falta a estas senhoras o ímpeto guerreiro e subversivo da minhota Maria da Fonte, sobra-lhes — e muito — a mesma convicção, a mesma força, a mesma capacidade mobilizadora, a mesma integridade e compromisso com as comunidades a que pertencem.

A verdade é que são estas as minhas Mulheres do Minho, as Marias da Fonte dos nossos dias que, de um modo perseverante e abnegado, foram as autoras de autênticas e difíceis subversões, sobretudo aquela de acreditar que está nas nossas mãos aproveitar o que pode ser aproveitado e, com determinação, construir um futuro melhor, para os outros. E há heroísmo maior do que acreditar naquilo que é entendido como impossível? Há maior abnegação que lutar duramente pelo sucesso dos outros?

A verdade é que quando se pensa na recuperação, desenvolvimento e afirmação de algumas das mais prestigiadas e icónicas produções artesanais do Minho, de imediato surgem estes nomes: Maria Adelaide Freitas Soares (n. 1925), Maria Júlia Peixoto Barreto Caldas (n. 1929), Maria do Carmo Ferreira Reis Rocha (n. 1930) e Maria da Conceição Teixeira Pinheiro Marques da Silva (n. 1934).

Em locais como Covide, S. Martinho da Gândara, Aboim da Nóbrega e Vila Verde estas “mulheres do Minho” dedicaram muito da sua vida e o melhor das suas capacidades a resgatar do esquecimento velhos saberes e a transformá-los nos instrumentos com que sonharam e propuseram um futuro melhor para as respectivas comunidades.

No recensear de muitas oficinas artesanais, especialmente aquelas que se dedicam à tecelagem e bordado, verifica-se que algumas só existem, como já escrevi, “devido a um fundo sentido cívico, muitas vezes alicerçado em valores morais e religiosos, de mulheres que, não sendo artesãs, hipotecam o seu tempo, a sua tranquilidade e os seus bens pessoais a tentar fazê-los singrar e obter mercado para as suas produções”.

Foi em 2005 que a ADERE — Minho, Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho, publicou uma pequena brochura homenageando estas quatro mulheres. Curiosamente, ou talvez não, as notas biográficas ali divulgadas mostram como pessoas nascidas em locais tão diferentes têm em comum o terem passado pela Escola Secundária D. Luís de Castro (Braga) onde se especializaram, como então se dizia, na área da Educação Familiar Rural. Com efeito só Maria do Carmo Reis não apresenta esse elemento curricular comum às outras três senhoras que, independentemente de terem feito outras formações, enfermagem no caso de Maria Júlia Caldas, magistério primário no que diz respeito a Adelaide Soares, ali despertaram para os valores da solidariedade activa e emancipatória.

Num dos primeiros números da mãos já houve ocasião para se escrever sobre Susana Lagrifa, a extraordinária professora que na escola D. Luís de Castro imprimiu o sua marca num escola de alunas cujas obras revelam a força e a qualidade daquela formação. Susana Lagrifa foi essa Mulher de excepção que formou e reforçou os ideais de entrega e de, porque não dizê-lo, amor ao próximo, com que as suas alunas se fizeram à vida.

Exemplares, devotadamente solidárias, elas fizeram-se de facto à vida, empenhadas na revitalização de artes tradicionais têxteis, entendidas como processo de garantir emprego e maiores recursos a outras mulheres.

Por tudo o que conseguiram foram mesmo reconhecidas e condecoradas pelo Presidente Jorge Sampaio que concedeu (1998) a Adelaide Soares o Grande Oficialato da Ordem do Mérito. Mais tarde, em 2005, também Conceição Pinheiro e Júlia Caldas foram condecoradas com o Oficialato da mesma Ordem do Mérito.

Estas mulheres, a que se pode juntar o nome das professoras Dolores Quintans, do Mezio, e Celeste Alvega de Matos, de Nisa, e também o de tantas outras que existem por esse país fora, são, como o escrevi na introdução do livro *Fios, Formas e Memórias da Tecelagem, Rendas e Bordados*, (IEFP, Lisboa, 2009), “credoras do nosso mais profundo respeito e admiração. Sem a sua persistência, sem a sua coragem, sem a sua capacidade de sonhar um futuro melhor para as comunidades a que pertencem todos estaríamos mais pobres”.